

DATA-BASE

## Fórum define índice de reposição salarial

A data base referencial para professores e funcionários das três universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza é o dia 1º de Maio. O Fórum das Seis, que representa todas as entidades, já está preparando a pauta de reivindicações que deverá ser discutida nas assembleias setoriais. Os reajustes mínimos que deveriam ser aprovados pelo Cruesp (Conselho de Reitores) para restabelecer o valor dos salários vigentes em maio de 1995 são de 25,8% para os professores e de 28,1% para os funcionários, tendo por base os índices do custo de vida do Dieese. A diferença entre

os índices decorre do último reajuste aprovado pelo Cruesp, que foi de 10% para os professores e de apenas 8% para os funcionários.

a ser negociado na campanha salarial deste ano deve ser unificado. Para chegar aos índices previstos, a Comissão estimou o ICV do

do pela reposição das perdas salariais dos últimos três anos. Neste longo período, os professores das federais não obtiveram nenhum reajuste e seus salários estão defasados cerca de 40% em relação aos vigentes na USP. Os professores e funcionários do Centro Paula Souza encontram-se na mesma situação do pessoal das federais.

# 25,8%

A Comissão de Salários do Fórum efetuou esses cálculos em reunião dia 20 de março, e sugeriu que – apesar da diferença de perdas entre as duas categorias – o índice de reajuste

Dieese nos últimos doze meses em 4,4%.

O Fórum das Seis deliberou, ainda, acompanhar as mobilizações dos docentes e funcionários da universidades federais, que estão lutando

Para discutir esses índices, a pauta geral de reivindicações dos docentes da USP e os caminhos da campanha salarial deste ano, haverá assembleia da categoria no próximo dia 16 de abril.

## Falta de professores na USP

A USP não está repondo cerca de 100 professores por ano, desde 1990. Dessa forma as áreas de ensino e pesquisa deixaram de preencher cerca de 800 claros até o último ano. O quadro de alunos matriculados cresceu de 51 mil para cerca de 60 mil, no mesmo período. Está havendo menos professor e mais alunos. Os baixos salários e o temor de ver a sua aposentadoria drasticamente reduzida estão gerando uma onda de pedidos de aposentadorias, nos últimos meses. Um professor doutor da Unimep ganha hoje cerca de 50% a mais do que um de mesmo cargo e função na USP. Vários departamentos já estão sem professores. A USP deve rever sua política de abertura de claros e de salários para manter a qualidade do ensino e da pesquisa.



## Nova diretora da FCFRP

A professora Suely Vilela assumiu a direção da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, dia 20 de março. Naquela mesma data, em eleição realizada na FCFRP, ela foi indicada em lista tríplice. O reitor Jacques Marcovitch acatou o resultado da indicação dos professores e no mesmo dia nomeou a professora Suely para a direção da faculdade. Dois dias antes, a nova diretora da FCFRP havia participado de um debate promovido pela regional da Adusp em Ribeirão Preto, pela APG e pelo CA "Lourenço Roselino" com o propósito de debater propostas para a FCFRP.



## Mudanças no Jurídico da Adusp

**A** Assessoria Jurídica da Adusp vinha sendo feita há vários anos pelo escritório Manesco, Ramires, Peres e Azevedo Marques Advocacia, cujos advogados José Roberto Manesco e Eduardo Ramires se alternavam no plantão semanal. Desde sua posse, a atual diretoria da Adusp vem acompanhando o trabalho do jurídico no sentido de identificar problemas e buscar soluções para um atendimento cada vez melhor ao associado.

Neste sentido, reuniu-se no começo do segundo semestre de 1997 com os advogados e apresentou algumas críticas e demandas de associados e da própria diretoria, que vinham desde a gestão anterior. Naquela oportunidade a principal queixa se referia a ausência de relatórios das atividades desenvolvidas, incluindo aí a lista de processos sob a responsabilidade do escritório e a descrição sucinta das tarefas desempenhadas nos atendimentos na capital e no interior.

Em fevereiro, enviamos correspondência ao escritório com algumas solicitações, sendo marcada nova reunião entre diretoria e advogados para discutir o assunto. No encon-

tro, as vésperas do Carnaval, a diretoria reafirmou as demandas anteriormente mencionadas e, para sua surpresa, o dr. Eduardo manifestou intenção de interromper a prestação de serviço à Adusp. A decisão intempestiva e unilateral foi apresentada em caráter irrevogável. Mesmo solicitado, o advogado, em nome de seu escritório, não concedeu nenhum tempo para providenciarmos a transição dos serviços nem se dispôs sequer a cumprir os plantões de março. A diretoria contactou então o dr. Fernando Leister de Almeida Barros, que gentilmente assumiu a tarefa dos plantões de março, enquanto se concluía a escolha da nova assessoria jurídica.

Durante o processo de seleção dos novos advogados, consultamos várias entidades de docentes da capital e do interior, recebemos alguns currículos e entrevistamos dois escritórios de advocacia. Depois de ponderarmos os currículos e os serviços já executados por eles, a diretoria da Adusp optou pela contratação do escritório do dr. Fernando Leister de Almeida Barros.

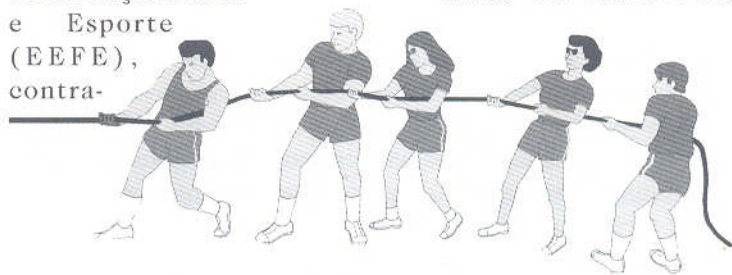
*A direção*

## Novo atendimento em Ribeirão Preto

Atendendo a uma reivindicação histórica, desde 9 de março a regional da Adusp em Ribeirão Preto passou a dispor do serviço de assessoria jurídica prestada por advogados residentes na cidade. A diretoria regional assinou contrato com os advogados Eduardo Augusto de Oliveira e Ana Cristina Karam, que estarão à disposição dos associados em dois plantões semanais: às 2ª e 4ª feiras das 10 às 12 horas. Além do plantão na sede, os advogados estarão disponíveis pelo telefone (016) 623-2662 ou no escritório localizado à rua João Penteado, 2.078, em Ribeirão Preto.

## Educação Física premia conclusão de dissertação com redução de regime de trabalho

**O** professor Edison R. Oyama, do Departamento de Pedagogia do Movimento do Corpo Humano (DPMCH), da Escola de Educação Física e Esporte (EEFE), contra-



1995 e 1996 (a avaliação de 1997 ainda não foi concluída), o desempenho do professor Oyama ficou acima de vários professores mais titulados em RDIDP. Na

tado desde julho de 1991 em RDIDP, defendeu sua Dissertação de Mestrado em setembro de 1997. Todavia, quando da renovação de seu contrato, ocorrida em dezembro daquele mesmo ano, o conselho do departamento deliberou pela redução do seu regime de trabalho. Na ocasião, três conselheiros votaram pelo RTP, dois pelo RTC e dois pelo RDIDP, o que sinaliza que a maioria do Conselho concordaria pelo menos com o Regime de Turno Completo.

A redução do regime de trabalho para RTP causou muita surpresa, uma vez que o professor cumpriu as exigências da Cert, solicitadas em julho de 1997, por ocasião da prorrogação de seu contrato, sendo a principal delas a conclusão de sua Dissertação de Mestrado. Além disso, o pronunciamento do parecerista externo, designado pela chefia do DPMCH, foi francamente favorável à manutenção do regime de trabalho de 40 horas. Acrescente-se ainda que o desempenho acadêmico do professor é satisfatório, mediante a análise de várias avaliações.

No modelo de avaliação adotado pelo departamento, no "ranking" dos anos de

Avaliação Didática, realizada pela Pró-reitoria de graduação, no primeiro semestre de 1997 (a avaliação do segundo semestre de 1997 ainda não foi divulgada), o docente está acima da média do DPMCH, acima da média da Escola e acima da média da própria Universidade de São Paulo. Finalmente, quanto à avaliação didática, realizada pelo DPMCH, seu desempenho é igual à média do departamento, no primeiro semestre de 1997 e acima da média, no segundo semestre de 1997.

Torna-se difícil entender a deliberação do departamento, tendo em vista os fatos mencionados. Assim, ou estão se fazendo exigências desproporcionais para o nível acadêmico do docente, ou existe algum tipo de indisposição pessoal com o professor. Recentemente, a Congregação da EEFE reverteu a decisão relativa à redução de regime de trabalho de uma recém doutora, proposta pelo mesmo departamento. Assim, esperamos que o órgão colegiado máximo da Educação Física reveja as decisões anteriores referentes ao professor Oyama e restabeleça a predominância de critérios justos para a renovação de seu contrato.



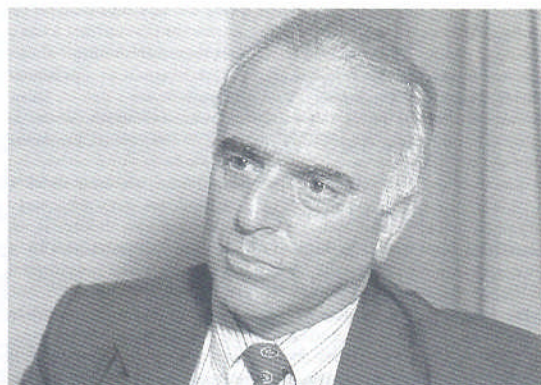
# Federais podem entrar em greve esta semana

Os 60 mil professores das universidades públicas federais poderão entrar em greve por tempo indeterminado, a partir desta semana. Na segunda quinzena de março, docentes de 31 das 52 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) paralisaram suas atividades durante dois dias como forma de protesto contra a falta de reajuste salarial há três anos e contra a implantação do Programa de Incentivo à Docência (PID), anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) em fevereiro. No mesmo período, outras oito universidades paralisaram suas atividades por um dia.

A pauta de reivindicações debatida nas assembleias da última semana de março é a mesma que foi entregue ao ministro Paulo Renato Souza, dia 13 de março, pelos diretores do Andes. Essas rei-



Maria Cristina de Moraes, presidente do Andes



Ministro Paulo Renato Souza

vindicações referem-se à pauta protocolada no Ministério da Educação, em 5 de dezembro de 96, e às “emergenciais”, de reajuste salarial de 48,65% (ICV-Dieese de janeiro de 95 a dezembro de 97), de retirada do Programa de Incentivo à Docências nas Ifes, de compromisso de não redução dos quadros funcionais, ampliação de vagas e de abertura imediata de concurso nas universidades federais.

Durante a audiência com o ministro, a presidente do Andes, Maria Cristina de Moraes, fez uma avaliação das dificuldades que a categoria vem enfrentando desde dezembro de 96, em razão da falta de diálogo por parte do governo, e reafirmou a gravidade do momento vivido pelos docentes em função da questão salarial. Maria Cristina cobrou do ministro a instalação de um grupo de negociação com poderes de

encaminhar soluções para a pauta de reivindicações.

O ministro da Educação deixou claro que não é do interesse do governo federal conceder reajuste salarial aos servidores públicos, alegando que as dificuldades para isso decorrem da crise fiscal e da necessidade de garantir a estabilidade da moeda. Perguntado se iria encaminhar essa reivindicação ao governo, Paulo Renato respondeu: “Eu sou o governo”.

## Comemorações de 150 anos do Manifesto Comunista

Em todo o país, neste mês, estão sendo realizados debates, seminários, mesas-redondas e lançamentos de livros em comemoração aos 150 anos do Manifesto Comunista. Entre os dias 27 e 30 de abril, um megaevento envolvendo a USP, a PUC/SP, a Unicamp, a Fundação Santo André e a Central Única dos Trabalhadores estará reunindo 70 conferencistas do Brasil, México, França, Itália, Argentina e Uruguai.

Na USP, as conferências estarão sendo realizadas nos Anfiteatros das Faculdades de Educação e de História. Dia 28, às 14h00, na Educação, Helena Hirata, Maurício Tragtemberg e Ives Schwarz debatem o tema “Trabalho, Educação e Gênero”; na História, às 17h00, Miguel Urba-

no Rodrigues, Leonel I. A. Mello e Marisa Bittar analisam se “O Manifesto Comunista é atual”; e, às 19h30, também na História, Roberto Romano, Elias Thomé Saliba e Nicolau Svcenko debatem “O Manifesto Comunista e as utopias românticas”. Dias 29, às 14h00, na Educação, o encontro reunirá Edur Velasco, Jorge Altamira e Eleuterio Fernandez Huidobro em torno do tema “América Latina e a crise mundial”; às 17h00, na História, Paula Beiguelman, Alvaro Bianchi, Pedro Ferreira e Jair Borin falam sobre “O Manifesto Comunista e a revolução”; às 19h30, na História, Paulo Arantes, Jorge Grespan e Hector Benoit debatem “Filosofia e dialética do Manifesto Comunista”. Dia 30, às 14h00, na Educação, o tema é “O Manifesto, Marx e a re-

volução italiana”, com Andrea Lombardi, Modesto Florenzano e Vilma de Katinsky Barroso; às 17h00, na História, “O Manifesto Comunista e a questão da terra” será debatido por Ariovaldo U. de Oliveira, Gilmar Mauro e Iraci Palheta e, às 19h30, na Educação, Francisco de Oliveira, Michel Husson e Otávio Ianni falam sobre “Mundialização e desemprego estrutural”.

Ainda como parte das comemorações dos 150 anos do Manifesto Comunista, dia 24 de março, no Ática Shopping Cultural foram lançados os livros “Manifesto Co-

munista - Karl Marx e Friedrich Engels”, organizado por Osvaldo Coggiola, e “O Manifesto Comunista 150 anos depois”, uma coletânea de textos de vários intelectuais brasileiros.





# Precários: reitoria adota medida limitada

No ofício circular 198, de 16 de março deste ano, a reitoria da USP anuncia a implementação de um programa para resolver a situação dos docentes sob contrato precário – aproximadamente 40% dos ativos. Serão alocadas verbas para abertura de concursos nas áreas em que haja docentes precários com mais de quinze anos de serviço. Os cargos seriam os já existentes, ou outros, novos, a serem solicitados à reitoria. Isto permitiria ao docente se efetivar através desse concurso.

A Adusp promoveu um plebiscito a respeito deste sério problema no final de 1996. Nele votaram 835 docentes (um quarto dos filiados ao sindicato, e mais de um quinto dos docentes ativos) sendo que 88% se pronunciaram em favor da proposta de regularização dos contratos precários apresentada pela Adusp: tornar indeterminado o prazo de validade dos mesmos, implementando para is-

so Ato da Reitoria com base em decisão do Conselho Universitário (CO). A validade desses contratos regularizados seria circunscrita à USP.

A atitude da reitoria é positiva à medida que, diferentemente da gestão do reitor Flávio Fava de Moraes, reconhece a existência deste problema, e propõe uma via para solucioná-lo. No entanto, a proposta do atual reitor, Jacques Marcovitch, ainda não atende a grande maioria dos precários pois os que não têm quinze anos de USP, e os que não obtiveram ainda o título de doutor continuariam precários. Na Unesp e na Unicamp foi dada solução definitiva à questão, no marco da autonomia administrativa da universidade. A reitoria da USP afirma que “novas etapas poderão ser implementadas”, depois de 1998, “objetivando o preenchimento dos cargos de professor doutor”. Os docentes da USP querem participar dessa discussão.

## Proposta aprovada em plebiscito

### A. Com relação a novas admissões

A partir da data de aprovação dessa proposta, todas as admissões de docentes na USP serão feitas através de concurso público, cumprindo o requisito estabelecido pela Constituição de 1988. Para tanto, será modificado o estatuto da USP no que se refere ao nível inicial da carreira docente, para que possam ser admitidos MS1 e MS2 por concurso público.

### B. Com relação aos atuais contratos precários - Regularização

#### a) Em que consiste

A regularização dos contratos precários consiste em tornar indeterminado o prazo de validade dos mesmos desde que satisfeitos os critérios estabelecidos nesta proposta.

#### b) Como se procederá a regularização dos contratos precários

A regularização dos contratos precários será implementada por Ato da Reitoria da USP com base em decisão de seu CO.

#### c) Características

c1) A validade do contrato regularizado será circunscrita à USP;

c2) Os docentes com contrato regularizado constituirão um quadro em extinção; nenhum docente ingressará mais na USP por meio de contrato precário.

c3) A demissão de docente com contrato regularizado deverá seguir os mesmos trâmites empregados para o docente efetivo.

#### d) Critérios

d1) Terão seus contratos regularizados no momento de aprovação desta proposta todos os docentes que tiverem, pelo menos, cinco anos de contrato na USP.

d2) Terão seus contratos regularizados no momento em que completarem cinco anos de trabalho na USP todos os docentes que já estiverem contratados pela USP no momento de aprovação desta proposta.

## Prevalece a injustiça

No dia 17 de março deste ano, o Conselho Universitário (CO) não acatou recurso da professora Marina P. Nóbrega, do Instituto de Biociências, que requeria a continuidade de sua contratação. A professora Marina pleiteava a continuidade de seu contrato tendo em vista compromissos acadêmicos assumidos com alunos de pós-graduação, projeto de pesquisa junto a Fapesp, além de direitos funcionais como férias e licença prêmio.

A presente decisão do CO encerra, do ponto de vista administrativo interno, a polêmica que a professora vem travando desde 95, mas o assunto segue em discussão na justiça comum. O CO decidiu baseado em parecer técnico da Comissão de Legislação e Recurso, que não levou em conta o histórico do problema. Num breve resumo relembramos que, em 1995, alegando questões de trato pessoal e portanto não acadêmicas, o departamento de Biologia não renovou seu contrato. Após vários meses, o CO reconhece a arbitrariedade da decisão e determina sua recontração. O departamento de Biologia acolhe parcialmente a decisão e coloca a docente em disponibi-

lidade. Em novo departamento (Fisiologia) busca continuar suas atividades, além de tentar sua transferência para outro departamento com área de interesse mais próxima de suas pesquisas. Apesar do seu bom desempenho acadêmico, não tem sucesso nas tentativas de transferência e seu contrato não é renovado. As razões alegadas pelos departamentos para a não aceitação da transferência não foram explicitadas, mas de modo informal sabe-se que repousam em problemas políticos e pessoais.

A decisão tomada pelo CO deverá ter efeito a partir da data da reunião, o que pelo menos parece ser um reconhecimento do trabalho de pesquisa e orientação desenvolvido durante o segundo semestre de 97, período esse em que seu contrato não estaria em vigor. É lamentável, no entanto, que a universidade não seja capaz de acomodar em seus quadros uma profissional competente e dedicada. As inimizades pessoais e políticas acumuladas durante os anos de trabalho na USP, incluindo aí os dois mandatos como representante da Biologia na Adusp, não poderiam prevalecer sobre sua competência acadêmica.

## CO acata parecer da CLR

O CO acatou parecer da CLR com respeito ao processo administrativo instaurado para investigar irregularidades na estação experimental do Departamento de Genética da Esalq. Como consequência, um professor associado com 37 anos de USP está para ser demitido e quatro funcionários devem sofrer a mesma punição. Há menção de cassação de

aposentadoria, já que um dos funcionários se encontra nessa condição. O processo se iniciou em 93 e tem um grande conjunto de informações que envolvem aspectos peculiares daquele ambiente de pesquisa. Causa surpresa que a presente decisão do CO contrarie a opinião da Congregação da Esalq que, em duas ocasiões, manifestou-se contrariamente à punição do docente.